



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00139

Brasília, 16 de setembro de 2016.

Objetivo da reunião: Reunião sobre o Sistema de Desenvolvimento Institucional com os TRFs - 31/08/2016

Horário e local: 14h - Gabinete da SEG - Sala 107 A

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Silvana Conceição Dias Soares	SUBSECRETARIO	SUEST
Leonardo Ferreira de Oliveira	ASSESSOR A	ASESP-IGI
Alex Pena Tosta da Silva	CHEFE DE SECAO	SEPLES
Marcos Antonio Kronenberger	SUPERVISOR DE SETOR	SETADE
Marcos Teixeira	CHEFE DE SECAO	SEGESP
Hayane Vilar Rezende Leal	ASSISTENTE III	SUEST
Maria Carolina de Souza Ribeiro	DIPLA	TRF 1
André Kemper Batista	Seção de Planejamento Estratégico	TRF 2
Vitor Neves Pereira	Supervisor de Planejamento Estratégico e Projetos	TRF3
José Carlos Bonato	APLANG	TRF 4
Luiz Targino	Divisão de Desenvolvimento Institucional	TRF 5

Pauta

1. Pesquisa de Opinião - Governança participativa



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1518100-1854 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

Classif. documental | 00.04.00.01



CJFMRU201600139A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



O CJF apresentou resultados parciais do questionário para coleta de opiniões sobre as metas estratégicas da Justiça Federal para 2107. A pesquisa tem como fundamento atender ao estabelecido na Resolução CNJ n. 221/2016, de 10 de maio de 2016, que institui princípios da gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e, acolher, ainda, às premissas da Resolução CJF n. 400, de 4 de maio de 2016, que criou o Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF. A pesquisa já conta com mais de 12.000 respondentes em todas as unidades da federação. Dos respondentes, 94 % acredita que a Justiça Federal deve continuar adotando o sistema de metas. Foi apresentado ao grupo o BI onde se pode aprofundar nas questões da pesquisa, analisando os dados globais ou por público-alvo. Na análise poderão ser verificados, na íntegra, comentários dos participantes. O material dá margem a estudos diversos. Quanto aos temas das metas, 85 % aponta os crimes de improbidade administrativa como prioritários enquanto que 78% cita o os benefícios previdenciários. Além desses dois temas, os mais selecionados foram crimes relacionados ao tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo; conciliação e ações coletivas. Os dados apontam para a necessidade de criação de meta ou iniciativa relacionada aos benefícios previdenciários. Assim, foi solicitado ao grupo que analise, em conjunto com os magistrados responsáveis e faça propostas referentes a este tema, para inclusão na estratégia de 2017. O TRF1 concorda com a inclusão do tema, mas pondera que as metas devem ser passíveis de cumprimento, pois o TCU apresentou acórdão alertando para a necessidade de cumprimento das metas estratégicas e execução dos projetos, e esses serão dois requisitos fundamentais para a aprovação das contas do tribunal. O TRF 2 acha que deve ser incluído o tema de benefícios previdenciários. Os TRF3, 4 e 5 acham que o tema é importante, porém deve ser feito o balanceamento das metas, evitando-se elevar o quantitativo.

2. Meta 5

O TRF4 apresentou ao CJF a necessidade de padronização da meta 5 , quanto às informações sobre o JEF. Ponderou que no TRF4 e no TRF1 não é possível separar processos de execução no JEF, pois os processos não são reclassificados ao entrar na fase. Os TRF2 , TRF3 e TRF5 conseguem apresentar os dados em separado, porém, no caso do TRF3 os dados não são precisos. O CJF sugere que seja avaliada a possibilidade de excluir a meta e o incremento da meta 1, com a inclusão de processos de execução não fiscal.

3. Próxima reunião do COGEST

Está sendo verificada a possibilidade de realizar a próxima reunião do COGEST no dia 26/9, data da próxima reunião do Plenário. A proposta de pauta da reunião inclui a discussão sobre as metas para 2017 e a apresentação do status dos projetos estratégicos nacionais, com ênfase nos críticos. Para tanto, foi solicitado aos tribunais que já consultem os magistrados responsáveis pelas metas estratégicas sobre as propostas para 2017 e que, se possível, participem da próxima videoconferência (19/9).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Apresentar propostas para inclusão do tema benefícios previdenciários na estratégia de 2017.	CJF e TRFs	13/09/2016

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento N°: 1518100-1854 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

